



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 639359 - PB (2021/0006941-4)**

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : EDUARDO ANIBAL CAMPOS SANTA CRUZ COSTA  
**ADVOGADO** : EDUARDO ANIBAL CAMPOS SANTA CRUZ COSTA -  
PB018607  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**PACIENTE** : FELIPE COSTA DE ARAUJO (PRESO)  
**CORRÉU** : AFONSO VINICIUS MOTA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FELIPE COSTA DE ARAUJO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (HC N. 0813209-14.2020.815.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática do crime capitulado no art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal.

O impetrante sustenta a nulidade da citação por edital, porquanto não houve o esgotamento das diligências possíveis para a citação do paciente. Afirma ainda que o decreto que determinou a segregação cautelar carece de fundamentação idônea.

Requer, liminarmente, a liberdade provisória do paciente ou, subsidiariamente, a aplicação de outras cautelares. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar e que seja declarada nula a citação por edital.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente